

---

# **ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO NA ARGENTINA E BRASIL NA REDEMOCRATIZAÇÃO<sup>1</sup>**

## **THE RISE OF CONSERVATISM IN ARGENTINA AND BRAZIL IN REDEMOCRATIZATION**

---

**DOI: 10.5380/cg.v10i3.82038**

**Vitória Almeida Ramos<sup>2</sup>**

**Karina Stange Calandrin<sup>3</sup>**

### **Resumo**

A pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória política do Brasil e da Argentina, com início na ditadura militar até os tempos atuais, buscando a explicação dos contextos políticos e populacionais de ambos. Por meio do método qualitativo, utilizam-se dados históricos e artigos qualificados para buscar a melhor compreensão política não só do Brasil e Argentina como também das diferentes formas de governo. O estudo destaca que a ditadura dos dois países e o fim de suas democracias ocorreram na mesma época. É possível, porém, notar que seus regimes militares se concretizaram de maneiras diferentes. Sendo assim, buscamos estudar o crescimento da direita política dos países, que teria acontecido como um reflexo de governos de centro-esquerda e de suas políticas sociais. Isso levou a um enfraquecimento do poder socioeconômico das elites desses países, que se viram ameaçadas e com medo da perda de seus privilégios. Portanto, durante a pesquisa foi possível notar um crescimento dos ideais conservadores na direita política em ambos os países pesquisados.

**Palavras-Chave:** Argentina; Brasil; Conservadorismo; Ditadura Militar.

### **Abstract**

The research aims to understand the political trajectory of Brazil and Argentina, beginning with the military dictatorship until the present times, seeking to explain the political and popular contexts of both. Through the qualitative method, it is used historical data and qualified articles to seek the best political understanding not only of Brazil and Argentina but also of the different forms of government. The study points out that the dictatorship of the two countries and the end of their democracies occurred at the same time. However, it is possible to note that their military regimes came about in different ways. Therefore, in the research we seek to study the growth of the right parties of the countries that would have happened as a reflection of the center-left governments and their social politics, which led to a weakening of the socioeconomic power of the elites of the countries that were threatened and feared the loss of their privileges. Therefore, during the research it was possible to notice a growth of conservative ideals on the political right in both countries surveyed.

**Keywords:** Argentina; Brazil; Conservadorism; Military Dictatorship.

---

<sup>1</sup> Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), sendo permitido o compartilhamento com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

<sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru, São Paulo. E-mail: [vialmeidaramoss@gmail.com](mailto:vialmeidaramoss@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6950-8238>.

<sup>3</sup> Doutora e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Professora no Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru, São Paulo. E-mail: [karinacalandrin@gmail.com](mailto:karinacalandrin@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2939-9356>.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória política do Brasil e da Argentina, com início na ditadura militar até os tempos atuais e analisar a possível razão para a ascensão do conservadorismo na Argentina e Brasil durante o período de 2003 a 2018. Ao longo do tempo, foi possível observar e analisar semelhanças entre o Brasil e Argentina, desde seus passados como colônias de exploração<sup>4</sup>, a ditadura e mais atualmente seus governos. Durante a maior parte da pesquisa, a coleta dos dados bibliográficos se caracteriza como dados históricos, devido à necessidade de explicar o crescente conservadorismo na Argentina e no Brasil desde a época de seus regimes militares. Com isso, tem-se uma melhor visão de suas políticas internas e como elas se assemelham.

Inicialmente, para melhor explicar as políticas internas de cada país partindo da ditadura, utilizaremos como base materiais bibliográficos que se referem a artigos acadêmicos e de livros de autores que possuem uma maior compreensão sobre o assunto. Para esse processo também haverá o estudo mais aprofundado dos acontecimentos internos de cada país para assim, depois, ser possível a comparação.

Apesar das semelhanças, houve uma diferença no modelo de seus regimes militares de acordo com Teles (2014), sendo que no modelo brasileiro a ditadura era voltada em ações repressivas seletivas, o que consistia em torturas dos acusados. Já a ditadura argentina teve como característica uma repressão maior, que não mantinha o foco em torturas, mas sim o desaparecimento e a instalação de campos de extermínio. Tanto na Argentina como no Brasil, os regimes militares aconteceram como consequência da insatisfação, principalmente, das classes médias/altas perante a situação política e econômica local (FAUSTO; DEVOTO, 2014).

Após o fim da ditadura na Argentina e no Brasil, houve um processo de redemocratização dos países que resultou em governos menos repressivos e com políticas consideradas mais para o centro ou a esquerda. Ao final dos governos autoritários na América Latina, podemos notar um crescimento político da esquerda nos países, movimento esse conhecido como “Maré Rosa”. Esse movimento trouxe consigo novas formas democráticas e políticas mais efetivas em relação ao combate à desigualdade (LA TORRE *apud* CUNHA; ARAÚJO, 2014).

Tendo em vista a redemocratização de ambos os países, devemos nos questionar a forma que a democracia é exercida em cada país. Apesar de a forma de governo democrática ser mundialmente conhecida e adotada por grande parte dos países, a mesma pode ser exercida de diferentes formas (DAHL, 1998).

No Brasil, esse equilíbrio de poder dava uma abertura maior para a elite nacional conseguir permanecer no poder de maneira a manter seus privilégios, porém com a entrada do PT, que voltava

<sup>4</sup> As colônias de exploração serviam como um meio de lucro para a metrópole, tendo como principal objetivo a extração de recursos naturais e uma forma de manter o poder. Para isso, os nativos eram explorados.

suas políticas a causas sociais, esse equilíbrio foi rompido e a elite brasileira se sentiu ameaçada (MARTINS, 2016). Quando a crise econômica chegou ao Brasil, a elite viu esse momento como propício para tirar o governo voltado a políticas sociais do país.

A crise do centrismo abriu o espaço para a burguesia brasileira romper com a política de compartilhamento do poder e se livrar da transferência da gestão do seu modelo de acumulação a setores oriundos das esquerdas. (MARTINS, 2016, p.1).

É possível notar o mesmo comportamento político na população argentina, pois, o crescimento da direita política no país veio também como resultado de políticas sociais feitas por partidos de centro-esquerda. Dessa forma, a elite está tentando tomar de volta o poder que estava acostumada a ter (JOHNSON *et al.*, 2016). A ascensão do conservadorismo no Brasil ocorreu devido a sua herança racista e sua sociedade preconceituosa, que ressurgiu com mais força após a instauração de políticas que visavam o direito dessas minorias, políticas essas feitas por um governo considerado de esquerda. Dessa maneira, é possível fazer uma ponte com esses acontecimentos que a autora cita no Brasil com os acontecimentos na Argentina (MARQUES, 2019).

Tendo em vista a volta de governos de direita ou extrema-direita em ambos os países, podemos dizer que suas políticas também afetaram suas relações com os outros países da América Latina, devido ao fato de as políticas de direita terem uma visão mais elitizada e excludente.

Dessa forma, a ascensão da direita, tanto na Argentina como no Brasil, foi um processo e uma repetição de aspectos presentes na história desses países, já visto antes na época da ditadura militar, que também surgiu com o crescimento da direita e o desejo da elite de conquistar maior poder político e manter seus privilégios. Já o conservadorismo dos dias atuais de ambos os países nasceu como fruto de governos de centro-esquerda, que trouxeram para os países políticas sociais que visavam diminuir as disparidades de renda, sendo assim, beneficiando as minorias sociais das populações. Dessa maneira, tanto antigamente como atualmente, o crescimento da direita e do conservadorismo é um fenômeno causado indiretamente por políticas consideradas de esquerda, que acabam resultando na perda de protagonismo da elite nacional na política.

Ainda há diversas justificativas para o acontecimento dos regimes militares ao redor da América Latina, mas um dos motivos principais é a ascensão do conservadorismo nos países e, com isso, o crescimento da direita política, além da insatisfação com o atual governo. O regime militar argentino aconteceu como consequência de uma direita liberal com ambições de conquistar mais poder político, do desejo da Igreja Católica em possuir mais influência, da imprensa, da classe média que se encontrava insatisfeita com o atual governo, entre outros (FAUSTO; DEVOTO, 2014). O regime militar brasileiro não se difere muito, pois a população da época via os militares como salvação para o país, sendo os únicos que poderiam salvar o país da ameaça comunista, dar um fim nos que eram considerados ruins e proporcionar uma vida melhor a todo o resto (FAUSTO; DEVOTO, 2014).

Para melhor compreensão das políticas da Argentina e do Brasil, a presente pesquisa buscará explicar conceitos de formas de governo atrelados à história de ambos os países. Para isso, primeiramente buscaremos compreender os conceitos de conservadorismo e liberalismo, utilizando os ideais de Burke (2014) e Locke (1689), respectivamente. Para fins de esclarecimento, haverá um aprofundamento no conceito de democracia a partir dos pensamentos de Dahl (1998).

Após o término de ambas as ditaduras e a reconstrução de suas democracias, os países passaram a ser governados por governos considerados de centro-esquerda ou esquerda, que implantaram políticas sociais. A Nova República brasileira (1985) teve como característica um equilíbrio em relação ao poder econômico, que era gerido por governos com políticas de centro ou esquerda, com isso a burguesia do país mantinha um controle no poder econômico. Porém, com a entrada do governo do PT e suas políticas sociais, a elite nacional se viu ameaçada com a perda de seu protagonismo (MARTINS, 2016). O mesmo ocorre com a Argentina, que teve um crescimento, de um tempo para cá, de sua direita política como consequência e uma forma de se adequar ao contexto político-social do país trazido por governos de centro-esquerda; a direita argentina traz consigo um discurso de “volta da democracia”. Não só com os argentinos, mas como em grande parte da direita da América Latina, o discurso é usado como uma forma de legitimar os seus desejos políticos, porém, seu verdadeiro intuito é manter seus privilégios e garantir que suas ambições sejam saciadas (JOHNSON *et al.*, 2016). Podemos observar o movimento de redemocratização de formas diferentes na Argentina, Brasil e a maneira que os mesmos lidaram com o seu passado (NÓBREGA JR, 2010).

É de suma importância analisar o surgimento da “nova direita” e da “nova esquerda” causado pelos governos autoritários ocorridos na América Latina.

É possível não só fazer uma comparação entre as semelhanças que ocorrem nas políticas internas do Brasil e da Argentina, mas também de cada população, que possui um impacto direto na direção dos governos. Além disso, também conseguimos ver o porquê do crescimento da direita política e seu conservadorismo ocorreram, de maneira a refletir políticas de centro-esquerda, cuja situação permanecerá em ambos os países (JOHNSON *et al.*, 2016).

A partir disso, podemos dar início a uma análise mais profunda em relação às políticas de cada país, considerando o fator populacional que é de grande importância para podermos compreender os caminhos políticos. Além disso, durante o artigo, explicaremos os termos políticos mais utilizados na era atual da política, para trazer maior entendimento.

## **2. ANÁLISE COMPARADA DAS POLÍTICAS INTERNAS DA ARGENTINA E DO BRASIL**

## 2.1. CONSERVADORISMO POLÍTICO

O conservadorismo político tem como viés a recusa ao pensamento utópico<sup>5</sup>, sendo ele revolucionário ou reacionário, buscando reagir a tais as consequências desses pensamentos, o que nos leva a definir o conservadorismo como uma ideologia (COUTINHO, 2014). Para contextualizar a ideologia conservadora, é necessário entender primeiramente de que forma surgiu e para que fim, para que desta maneira possamos diferenciar o conservadorismo clássico do moderno, que vemos atualmente.

O conservadorismo clássico, em sua gênese pós-1789, constituiu-se como sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. Em síntese: antiburguesas. É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade. Avanços esses identificados, naquele momento, no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, que implicaram profundas mudanças sócio-institucionais e culturais (SOUZA, 2015, p.4).

Em sua obra *Reflexões sobre a revolução na França* (2014), Burke se mostra totalmente contrário aos acontecimentos revolucionários na França, nos quais acredita ser um processo fundamentado em um fanatismo laico e dogmático, sendo assim, inimigo da pacífica continuidade da sociedade (SOUZA, 2016).

Os ideais conservadores abdicam da visão democrática, que traz consigo o ideal de igualdade e justiça social. A igualdade de todos era algo meramente utópico e a desigualdade existente na sociedade era algo da natureza do ser humano (BURKE, 2014).

Mattos (2008) aponta que Mill tinha como ideal a valorização da liberdade política, econômica e individual. O ser humano é soberano em relação a si mesmo, sua mente e seu corpo. O dever do Estado era garantir a felicidade do maior número de pessoas possível e não focar em uma minoria (MILL, 2011).

Tendo em vista os filósofos citados acima, é possível notar, em geral, uma diferença entre seus ideais sobre Estado *versus* Sociedade. Porém, de maneira a observar o papel do Estado em cada pensamento, podemos notar uma pequena semelhança ao que condiz a soberania do Estado em relação à população, mesmo que por razões que se diferem.

Como explicar esse sucesso crescente da extrema-direita? O primeiro elemento de explicação é o processo de globalização capitalista neoliberal — também um poderoso processo de homogeneização cultural forçada — que produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os identity panics [pânicos de identidade], a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais. (LÖWI, 2015, p.5)

---

<sup>5</sup> Utópico: Situação ou local idealizado, onde tudo acontece de maneira perfeita ou ideal.

O conservadorismo moderno acaba por aderir novas características, realizando um “giro em seu eixo”, aproximando-se do liberalismo, que no início era considerado seu opositor. Além disso, incorporaram a sociologia positiva, para manterem, porém, suas estruturas e valores (SOUZA, 2016).

É possível notar a presença de grupos com tendências保守adoras e neoconservadoras a partir do momento em que os mesmos buscam atacar meios de comunicação que apresentam “algumas posições progressistas, ainda que limitadas, acerca de questões de gênero, descriminalização das drogas, aborto, ecumenismo religioso, racismo e defesa do meio ambiente” (MOLL, 2005, p.4).

## 2.2. DEMOCRACIA E AUTORITARISMO

Democracia tem sua origem em uma palavra grega utilizada para representar sua antiga forma de governo, onde todos participam igualmente. Etimologicamente, a palavra tem como significado governo do povo. A ideia de democracia possui uma complexidade em si, pois a mesma pode se referir tanto a um ideal quanto à realidade (DAHL, 1998).

Um dos grandes críticos da época em relação à democracia era o filósofo grego Aristóteles, pois acreditava que uma parte da população não deveria participar de decisões políticas, parte essa da população constituída por cidadãos livres, porém de baixa renda e/ou com ocupações consideradas menos dignas na época. Já o filósofo Rousseau discursava que a democracia só seria uma forma de governo possível em um cenário idealizado, onde se encontraria um Estado de menor porte, em que houvesse uma situação de igualdade e liberdade entre sua população. Em conjunto com este ideal, haveria um poder absoluto guiado pela vontade de todos (GOMES, 2006).

Apesar de possuir ideais variadas da definição concreta sobre a democracia, de acordo com Dahl (1998), há um critério necessário a se cumprir para ser um processo igualitário para todos os membros, sendo eles: participação efetiva, igualdade no voto, entendimento esclarecido, exercer controle final da agenda e inclusão. Além disso, o autor acredita ser necessário que todos os membros da sociedade democrática sejam igualmente qualificados para participar das decisões políticas, sendo assim, possuindo as mesmas oportunidades. Segundo o mesmo, a democracia não é somente um meio de governo, mas um sistema de direito, pois um dos elementos principais do governo democrático são as políticas de direitos dos cidadãos.

Tendo em vista as críticas e definições realizadas, é necessário se perguntar o porquê da escolha de e da preferência por governos democráticos ao redor do mundo. De modo geral, podemos estabelecer que o motivo principal pudesse ser definido como a rejeição a governos tiranos, como explicado a seguir.

É necessário olhar de forma crítica os atuais modelos de governo existentes ao redor do mundo. Apesar de o governo democrático ser o de maior preferência atualmente, pelos motivos

citados acima, há uma diferença nas maneiras em que a democracia é executada em cada país (DAHL, 1998).

É notória a diferença entre governos democráticos e autoritários, visto que o dicionário português define o autoritarismo como um governo que possui seu poder centralizado em um líder político ou grupo, que o exerce excessivamente.

Em sua obra “*Leviatã*”, Hobbes (2015) disserta sobre a obediência dos súditos ao soberano. Essa subordinação, porém, é conduzida de forma consciente e racional. Essa obediência dos homens ao poder é considerada um “pacto social” efetuado entre população e Estado baseada no medo do homem. Sendo assim, existe a perda de liberdade para que o Estado possa proteger o homem da “guerra de todos contra todos”. Podemos então, observar que, embora ambas as formas de governo exigem a obediência do povo, o autoritarismo utiliza formas diferentes de alcançar essa subordinação, pois não é realizada racionalmente, mas, sim, para retirar da população o seu pensamento realizado livremente.

De acordo com Bobbio *et al.* (2008), o autoritarismo está presente em governos onde as decisões são tomadas por aqueles que retém o poder, sem a participação da população. Um governo autoritário pode ser reconhecido da seguinte maneira.

Segundo Russet (1965, p. 140 *apud* DAHL, 1971 p. 64) “[...] os países nos dois estágios mais “avançados” de desenvolvimento econômico (que ele chama de Sociedades da Revolução Industrial e Sociedades de Alto Consumo) a proporção de sistemas “competitivos” e “semi-competitivos” é muito maior do que entre os países dos três estágios menos avançados, onde predominam os regimes “autoritários”. Como pode ser observado na tabela apresentada a seguir:

Quadro 1 – Desenvolvimento Econômico e Sistema Político

| Sistema Político | I   | II   | III  | IV   | V    |
|------------------|-----|------|------|------|------|
| Competitivo      | 13% | 33%  | 12%  | 57%  | 100% |
| Semi-Competitivo | 25% | 17%  | 20%  | 13%  | 0%   |
| Autoritário      | 63% | 50%  | 68%  | 30%  | 0%   |
| N                | (8) | (12) | (25) | (30) | (14) |

Fonte: RUSSETT (1965).

Nota: As porcentagens nem sempre somam 100% devido ao arredondamento.

Tendo em vista os dados apontados na tabela acima, Dahl (1971) analisa que os níveis socioeconômicos de um país afetam o tipo de governo presente no mesmo. Por exemplo, um nível mais elevado terá maiores chances de o governo ser mais inclusivo e vice-versa.

Dahl (1971) continua a sua análise exemplificando que um regime poliárquico tem mais probabilidade de acontecer em um país com um nível consideravelmente alto em comparação a um país com nível baixo. As poliarquias podem ser vistas como regimes moderadamente democratizados, ou seja, é um sistema que foi “substancialmente popularizado e liberalizado, ou seja, altamente inclusivo e extensivamente aberto à contestação pública” (DAHL, 1971, p. 8).

Consequentemente, é possível que haja uma confusão em relação aos termos de Poliarquia e Democracia, já que são categorias de governos com significados semelhantes. Por isso, é de suma importância distinguir ambos termos. Para o autor, a democracia deve ser vista como “um sistema ideal e os arranjos institucionais que passaram a ser considerados como uma espécie de aproximação imperfeita de um ideal [...]” (DAHL, 1971, p.9).

Podemos notar, ao analisar os processos democráticos modernos, que os mesmos foram marcados pelas ditaduras militares ocorridas na década de 1960 na América Latina (FRIDERICHHS, 2017).

### 2.3. FORMAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Para compreender o processo de redemocratização da Argentina (1976 – 1983) e do Brasil (1964 – 1985), é necessário o entendimento que, no momento final dos governos autoritários em ambos os países, a consolidação da democracia não é exata. O'Donnell e Schmitter (1988), descrevem a disparidade entre os principais conceitos encontrados entre o fim das ditaduras e o começo das democracias, sendo eles: transição, liberalização, democratização e consolidação.

A transição pode ser explicada como o intervalo existente entre um regime político e outro, neste caso, a ruptura dos regimes autoritários e o início de algum governo democrático, ou, até mesmo, o retorno de um modelo de opressão. Já o conceito de liberalização pode ser caracterizado como um processo que busca estabelecer e ampliar os direitos dos indivíduos, para proteger grupos sociais contra atos autoritários ou ilegais do Estado ou de terceiros (O'DONNELL; SCHMITTER, 1998). Dessa forma, é possível dizer que a democratização é obtida quando ocorre o restabelecimento da cidadania, visando que as normas e os procedimentos da mesma são aplicados em instituições políticas que antes possuíam um viés ditatorial (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988, p.19 – 23 *apud* FRIDERICHHS, 2017, p. 3).

De acordo com Linz (1990), a característica principal para uma transição política é a expectativa, podendo ser encontrada no povo e também naqueles que estão no poder, em relação à autoridade política que emana apenas a livre escolha do eleitorado. O autor ainda descreve que a transição de governo autoritário para a democracia pode ser um tanto arbitrária, porém é seguro dizer que ocorre na presença de eleições livres, na convocação de um novo parlamento (onde a confiança do mesmo depende do governo), ou na posse de um novo presidente – tudo isso pode ser visto como um momento de transição.

Dessa forma, a elaboração de uma constituição é parte essencial do período de transição política, já que o nível de consenso alcançado pela mesma é uma peça fundamental para a estabilidade ou instabilidade da futura política do país (LINZ, 1990).

De acordo com Martínez-Lara (1996), durante a onda de redemocratização ocorrida na América Latina, alguns países escolheram renovar suas constituições. Países como Argentina,

Uruguai e Bolívia escolheram voltar para suas antigas constituições que haviam sido interrompidas pelos governos militares. O Brasil, porém, foi um dos países que escolheu criar uma constituição após sua transição (MARTÍNEZ-LARA, 1996).

Os processos de transição podem ser divididos em duas categorias, sendo elas: i) elaborar constituições com o propósito de determinar um sistema democrático e ii) solidificar e legalizar regimes autoritários. Com isso, o autor cita o Brasil como um dos exemplos para o primeiro tipo de processo de transição, para assim buscar o estabelecimento da democracia no país (MARTÍNEZ-LARA, 1996).

Durante a ditadura, os militares buscavam realizar alterações em relação ao equilíbrio de poder entre a presidência e o congresso, utilizando dois métodos para realizar tal feito: a implementação de diferentes tipos de reformas e a utilização da força coercitiva e arbitrária (MARTÍNEZA-LARA, 1996).

A consolidação da democracia só ocorre a partir de uma estrutura de medidas e de leis que servem como um guia para o processo democrático. Dessa forma, devem ser respeitadas e implementadas como normas de desempenho da sociedade social, partidos e pela oposição do governo (PORTANTIERO, 1987 *apud* FRIDERICH, 2017). Com isso, podemos analisar a redemocratização brasileira a partida do período das eleições indiretas (1985), que dará início à mudança das estruturas do regime autoritário com a Nova Constituição, em 1988. Além disso, é possível notar que a consolidação da democracia não ocorre quando o governo Sarney inicia (FRIDERICH, 2017).

Já o processo de transição argentina pode ser visto como um ato de colapso, pois os militares não puderam impor condições aos civis, além de não encontrarem tempo e estímulos necessários para que houvesse a cooperação (FRIDERICH, 2017). Porém, Portantiero (1987 *apud* FRIDERICH, 2017) afirma que o processo de transição da Argentina foi similar ao brasileiro, nomeando este processo como “transição negociada”. Apesar disso, a transição brasileira é analisada como sendo uma ruptura pactuada, já que foi feita de cima, ou seja, uma parte da elite comandava e negociava o processo. Já na Argentina, foi apenas uma ruptura, não foi feita de cima, como no caso do Brasil, mas, sim, feita para ter uma retirada desordenada do governo autoritário presente no país, mas não retirando de forma total as forças armadas (PORTANTIERO, 1987 *apud* FRIDERICH, 2017)

Dessa forma, é importante estabelecer a herança autoritária deixada em ambos os países pela época de ditaduras ocorridas na Argentina e Brasil. De acordo com Ramírez (2011) as estruturas sociais e econômicas dos países sofreram alterações durante a ditadura militar de forma profunda. Além disso, o autor escreve sobre como as transições de ditadura para democracia ocorreram em cada país, de forma que certos países buscaram uma forma de “ajuste de contas” com seu passado, em busca de justiça.

A Argentina buscou uma reparação de danos causados pelos militares durante a ditadura, ou seja, os responsáveis pelos atos autoritários na Argentina foram julgados e condenados reesposáveis pelos seus atos durante a época. Já no Brasil, os responsáveis pelos atos (repressão, sequestro, tortura, etc.), em sua maioria, não foram julgados, mas ainda podemos encontrar ruas, avenidas, edifícios, entre outros com o nome de ditadores para homenageá-los (RAMÍREZ, 2011).

A instalação de democracias eleitorais na América Latina, com dispositivos institucionais regulares, eleições programáticas e periódicas, não foi suficiente para o desenvolvimento da região. Prevaleceu, nesse contexto histórico, poliarquias de baixa intensidade, nas quais o elemento civil teve pouca efetividade, não obstante o avanço do sufrágio e de imprensa livre, além de elevados índices de desigualdade social e de violência. (NÓBREGA JR., 2019, p.1).

A partir do que foi visto acima sobre o processo de transição de ambos os países, iremos analisar a formação da direita e da esquerda no país e como as mesmas funcionam. Em alguns países da América Latina, é possível notar durante o processo de transição democrática que houve um movimento de moderação e *desidealização* dos principais partidos políticos da época (CARRERAS, 2012).

No Brasil, ocorreu um processo de moderação de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). O partido participou das eleições presidenciais de 1989 e 1994 com um ideal socialista que visava uma transformação radical da economia brasileira. Já na Argentina, o autor acredita que houve um processo de virada neoliberal em muitos partidos que, antigamente, eram associados com políticas estadistas, populistas e redistributivas. Sendo assim, podemos citar a ascensão ao sucesso eleitoral da Aliança Frente Grande na Argentina no sistema partidário latino após a Terceira Onda. Essa ascensão eleitoral pode ser explicada em termos das políticas econômicas adotar pelo Partido Peronista argentino (CARRERAS, 2012).

A utilização dos termos esquerda e direita na política teve seu início durante a Revolução Francesa, mais especificamente na reunião dos Estados Gerais (final do século XVIII). Delegados que se identificavam com o igualitarismo e reforma social sentavam ao lado esquerdo do rei e os delegados identificados com a aristocracia e conservadorismo sentavam-se à direita (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Ao analisar os partidos políticos brasileiros é necessário que haja um recorte, pois, é necessário compreender as especificidades de cada país. Observando o cenário brasileiro, podemos notar que a questão que divide os partidos de esquerda e de direita não é a desigualdade, como notado em países capitalistas centrais (SINGER, 2002 *apud* TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Para compreender o novo conceito de direita brasileiro é necessário, inicialmente, retomar a ideia de conservadorismo de Burke (2014), que acreditava em uma transformação da sociedade de forma gradual e mais prudente. A “nova direita” brasileira quebra essa tradição nacional (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

Para Ardit (2009 *apud* BRUSSINO et al., 2016), a configuração entre esquerda e direita pode ser vista “em espelho”. De forma que a direita defende a ortodoxia econômica, além das reformas do setor público, enquanto busca promover um alinhamento da política externa com os EUA. Já a esquerda mantém o seu interesse focado em modificar o status quo, articulando uma discussão crítica das relações públicas e, além disso, a participação popular.

Observando o cenário político da década de 1980, o autor destaca o surgimento de uma revalorização da democracia por parte da esquerda argentina. Consequente ao fracasso do Consenso de Washington e a crise de 2001 na Argentina, a esquerda do país acaba por incorporar ideias utilizadas no neoliberalismo e a busca por um Estado mais forte.

Morresi (2008) disserta sobre o surgimento da “nova direita argentina”, acreditando ser uma direita política diferente das existentes anteriormente no país. Para o escritor, a nova direita argentina está rompendo laços, gradualmente, com as tradições nacionalistas e conservadoras, o que lhe leva a adotar e adaptar ideologias com viés neoliberalista.

As novas tendências que surgiram nos anos 1980 foram absorvidas pela nova esquerda latino-americana. A velha esquerda, porém, não deixa de existir. Já a direita latino-americana pós-governos autoritários adota uma retórica utilizada na direita internacional, caracterizada como neoliberal (BRESSER, 1990).

É possível encontrar regimes políticos compostos por um sistema de hibridismo institucional, em que se evidencia a propensão para o autoritarismo, mesmo que o regime respeite algumas das particularidades eleitorais (OTTAWAY, 2003 *apud* NÓBREGA JR., 2010).

Uma abundante quantidade de países que passaram pela transição política de governo autoritário para democracia desde a época de 1990 possui condições não favoráveis, como organizações políticas e instituições democráticas debilitadas, tradições autoritárias que persistem, problemas socioeconômicos, entre outros, que acabam por criar obstáculos fenomenais para o estabelecimento e, principalmente, para a consolidação da democracia (OTTAWAY, 2003).

Considerando os conceitos explicados acima, buscaremos expor os acontecimentos no Brasil e Argentina após a redemocratização de ambos os países. Com o fim da ditadura militar nos países, os mesmos passaram a ser governados por governos de esquerda ou centro-esquerda, havendo a implementação de políticas sociais. Com isso, as elites nacionais se viram ameaçadas, com medo da perda de poder (MARTINS, 2016).

Um dos maiores símbolos da esquerda brasileira, por muitos, é o Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país por um total de pouco mais de 12 anos (2003 – 2016).<sup>6</sup>

O lulismo, por sua vez, desponta como fenômeno político característico da América Latina num contexto histórico ora desenhado por uma transição democrática lenta, gradual e, fundamentalmente, consentida. É, portanto, do interior da ordem que o

<sup>6</sup> Lulismo pode ser definido como um fenômeno político de esquerda no Brasil, voltado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

fenômeno surge e se confirma como liderança defensiva — é verdade que a mais avançada possível — para uma classe trabalhadora tardia e precocemente debilitada pela dura repressão do regime militar. (PINASSI, 2011, p.6).

A sequência de mandatos do PT teve grande contribuição para estimular importantes configurações no setor político e intelectual nacional. Os mesmos seguem a dizer que a vinculação do PT a um símbolo de esquerda contribuiu para diversas concessões realizadas em setores considerados conservadores, durante o período de governo do presidente Lula, dando maior ânimo a atores que possuíam um lugar voltado à direita na esfera pública (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

O lulismo conseguiu alterar certos aspectos da sociedade brasileira, mesmo que ancorado em um “reformismo fraco”, consequentemente levando a um surgimento de um discurso de reação oposto à esquerda, representada pelo PT (SINGER *apud* CHALOUB; PERLATO, 2015).

A Operação Lava Jato (2014) serviu também como forma de demonização do petismo (e em consequência da esquerda) por parte das mídias, Judiciário e Ministério Público. Porém, até este momento, os autores consideram um “jogo justo”, nas regras, entre oponentes políticos. A derrota do candidato a presidente Aécio Neves, em 2014, porém, acabou desencadeando uma reação da direita brasileira. No ano de 2015, a população brasileira saiu às ruas para manifestar o governo, levando ao enfraquecimento da presidente Dilma Rousseff, levando ao seu impeachment<sup>7</sup> em 2016 (MACHADO *et al.*, 2019).

Messenberg (2019 *apud* CARVALHO JÚNIOR; CARVALHO, 2019) classifica a “nova direita” brasileira de acordo com três esferas, sendo elas: antipetismo; conservadorismo moral e princípios neoliberais. Conforme a mesma, o antipetismo do brasileiro surge como resposta da ligação do partido petista com suas lideranças e as crises econômicas, além de ligarem o partido com o que é considerado por muitos o principal problema do país, a corrupção. Este pensamento antipetista leva consigo discursos prontos disparados por muitos, sendo seus principais lemas o “fora PT”, “fora Dilma”, “fora Lula”, além da ideia de uma luta contra o comunismo.

Segundo Chaloub e Perlatto (2015), existe uma grande responsabilização associada à esquerda pelas mazelas ocorridas no Brasil. Em consequência, os aspectos negativos presentes no país são, por diversas vezes, relacionados à predominância da esquerda no cenário político do Brasil.

De acordo com Silva (2018, p.4 *apud* ALBUQUERQUE e MEDEIROS, 2020), “a destituição da presidente Dilma” deve ser caracterizada “como marco para a finalização da matriz de inserção regional iniciada desde o Governo Lula”. Esse processo de “desocratização” ocorreu entre 2016 e 2018, com a ilegitimidade do governo Temer (2016 – 2018), tornando a crise na democracia brasileira mais forte a cada ação do governo e em cada lei aprovada pelo Parlamento (ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2020).

<sup>7</sup> Impeachment é um processo político instaurado por meio de denúncia do Congresso para apurar a responsabilidade do presidente da República por crime de responsabilidade.

O atual presidente Jair Messias Bolsonaro surgiu como novo ator político após a crise política (2017 – 2018), visto por muitos como uma solução para uma crise na classe dominante. Para os mesmos, o bolsonarismo surgiu como resposta histórica, de forma não planejada mas, também, como um caminho para o movimento do antipetismo. A consolidação do bolsonarismo no país, como forma de governo, se deve à inabilidade dos atores tradicionais de se consolidarem (SANTOS *et al.*, 2020).

Podemos notar o mesmo comportamento na política argentina, com o governo Kirchner, que também teve duração de cerca de 12 anos no país. No ano de 2003, o ex-presidente Néstor Kirchner assumiu o seu posto no governo entre os anos de 2003 – 2007 e em seguida, o governo de sua esposa Cristina Fernández (2007 – 2015).

Segundo Braga e Artese (2017), algum conflito ocorrido na Argentina causado pelos setores burgueses do país pode ser visto como um marco para a reconstrução de uma força social formada por ideias conservadoras e/ou reacionárias, grupo esse que cobrava uma “expressão institucional” durante as eleições. Tais ações, segundo os autores, levaram a vitória da aliança Cambiemos (Mudemos) representados pelo candidato Mauricio Macri.

Tal ofensiva foi possível não apenas pela raiz do desgaste político e econômico sofrido pelas administrações kirchneristas – problemas de corrupção, rupturas políticas com diversos setores, inflação, etc. –, senão que também se construiu e difundiu a “catapulta” ideológica do projeto neoliberal discricionário que encarnava o candidato Mauricio Macri. (BRAGA; ARTESE, 2017, p.3)

Sendo assim, podemos notar o surgimento de uma direita política como consequência das políticas sociais adotadas durante governos considerados de esquerda em ambos os países.

O cenário político atual da América Latina está passando por uma substituição, ou seja, passa de um ciclo político progressista para um neoliberal e autoritário. Para o mesmo, o ciclo progressista na Argentina e Brasil teve início com a vitória de Kirschner (2003) e Lula (2002), respectivamente (MEDEIROS, 2018).

Dessa forma, devemos nos atentar ao dizer que os países possuem democracias concretas, visto que a definição de um governo democrático possui nuances. É possível notar retrocessos e transtornos durante a história da democracia nos países da América Latina, visto que muitos dos países tiveram regimes autoritários em seus governos, possuindo uma forte presença de forças armadas no processo de controle do Estado (NÓBREGA JR., 2019).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como proposta inicial a análise comparativa das políticas da Argentina e Brasil no período de 2003 a 2018, visando compreender a ascensão da direita política em ambos os

países. Para isso, buscamos utilizar métodos qualitativos e quantitativos para melhor compreensão do assunto. Foram aprofundados conceitos políticos necessários, como conservadorismo, ditadura, autoritarismo, liberalismo e democracia.

Além disso, buscamos demonstrar o funcionamento das direitas e das esquerdas políticas nos países, como forma de compreender a maneira com que as mesmas se diferenciam entre si e em relação a si mesmas. Braga e Artese (2017) compreendem a formação da nova direita na Argentina a partir de uma reação vinda da burguesia do país, que é vista como um marco político que pode ser percebido durante as eleições. Este mesmo fenômeno pode ser notado na sociedade brasileira, também como reação às políticas sociais dos partidos da esquerda.

É notável o histórico similar, entre a Argentina e Brasil, como analisado durante a pesquisa. Porém é de suma importância compreender que ambos os países possuem suas singularidades. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou um melhor entendimento em relação aos atuais acontecimentos na Argentina e no Brasil. Ambos passaram por anos de governos considerados de esquerda e, mais atualmente, passaram e passam por períodos de governos considerados de direita.

Para melhor responder nossa questão inicial, sobre a ascensão do conservadorismo em ambos os países, foi necessário um maior estudo e aprofundamento sobre os diferentes modelos de governos e seus reais significados. Para isso, buscamos apresentar o surgimento e definição de modelos políticos como o conservadorismo, o liberalismo, a democracia e o autoritarismo.

Após a leitura da presente pesquisa, ainda podemos dizer que o conservadorismo está em ascensão na Argentina e Brasil? Diante das análises feitas, podemos questionar esta afirmação, já que demonstramos o significado original do conceito de conservadorismo, de acordo com as ideias de Burke, considerado o pai do conservadorismo. Para o autor, o conservadorismo não se trata de impedir a revolução política, mas, sim, fazê-la de modo mais gradual e lento. Isto é, o autor não possuía ideias contrárias a políticas sociais e mais igualitárias, mas, sim, acreditava que esta mudança deveria ser feita de forma mais lenta. Analisando os ideais do conservadorismo nas sociedades atuais, podemos notar um distanciamento e uma distorção das ideias originais do conservadorismo, visto que aqueles que se autodefinem como conservadores possuem ideias contrárias a uma política social.

Com isso, conseguimos notar que as ascensões de governos com ideais mais autoritários derivam do temor encontrado nas elites como consequência de políticas com cunho popular. Apesar de não serem idênticas, os crescimentos dos pensamentos de direita possuem características similares como, por exemplo: o nacionalismo, a demonização de políticas públicas, a crença na dominação do comunismo, entre outros. Este pensamento pode ser notado pré-ditaduras militares em ambos os países e mais atualmente após os governos de esquerda na Argentina e no Brasil.

A referida pesquisa buscou demonstrar a existência de diferentes tipos de democracia, para melhor compreender a atual situação política na Argentina e no Brasil. Com isso, buscamos clarificar e colaborar para uma melhor análise dos sistemas políticos na atualidade. Outro fator necessário

para o artigo é o que debate sobre a diferença encontrada entre definir uma democracia de direito em uma democracia de fato (ZAVERUCHA, 2005). Ou seja, encontrar aspectos da democracia no governo, mas somente de forma teórica e não, na prática.

Dessa forma, Ottaway (2003 *apud* Nóbrega Jr., 2010), que acreditava em uma democracia com resquícios de autoritarismo, diz que é possível encontrar regimes políticos que respeitem certas características presentes na questão eleitoral, mas, mesmo assim, possuírem uma propensão para o autoritarismo. A autora classifica estes modelos de governos como sendo híbridos.

Este conceito, conhecido como semi-autoritário pode ser notado durante os governos de direita na Argentina e no Brasil. Provando ser um conceito mais adequado, em relação às suas características, para definir os acontecimentos de ambos os países, em comparação com o conceito inicialmente utilizado na pesquisa de conservadorismo.

Outro fator importante discutido durante a pesquisa foi como tais governos de direita ascenderam nos países, pois os mesmos vieram como uma forma de solucionar as “mazelas” deixadas pelos governos de esquerda, que possuíam uma visão política voltada a políticas sociais e igualitárias. Sendo assim, podemos nos levar a fazer uma comparação mais casual, com a época da ditadura, quanto os militares vieram como “salvadores” da sociedade. O mesmo ocorreu durante as eleições de Bolsonaro e de Macri, que traziam consigo uma imagem de salvadores da população e do país.

Devemos nos atentar também às diferentes reações dos países após o término de suas ditaduras, ou seja, notar que alguns países expõem o seu passado autoritário como uma vergonha. Essa situação deve ser estudada para que isso não ocorra novamente. Outros países, no entanto, não investem no estudo de seu passado. Podemos observar a Argentina como um exemplo de país que busca estudar o seu passado para não repetí-lo e o Brasil segue para o lado oposto desta ideia. Buscamos demonstrar isso como forma de observação e de cuidado, já que não existe uma fórmula para podermos evitar o autoritarismo. Porém, devemos nos atentar à nossa história de forma a não desrespeitá-la, nem mesmo desrespeitar aqueles que viveram tal momento, como exposto por Nóbrega Jr. (2010).

Visto isso, o artigo foi de grande contribuição para a compreensão de conceitos políticos necessários para entendermos melhor a política não só internacional, mas como também de nosso país. Muitas vezes aplicamos conceitos usados popularmente, sem antes buscar sua origem. Além disso, acreditamos que a pesquisa é de suma importância para aqueles que buscam uma maior compreensão nos acontecimentos dos países, por qual motivo podemos notar a presença do autoritarismo em governos democráticos e as características presentes no pensamento da população para que votem em candidatos com visões autoritárias.

Por fim, o desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou um maior entendimento em relação à trajetória política em dois países latino-americanos, Argentina e Brasil, dando maior ênfase em suas mudanças políticas e como foi possível classificá-las. Além disso, a pesquisa tentou mostrar

de forma analítica uma linha do tempo na Argentina e no Brasil, de forma a expor todos os conceitos necessários para responder nossa questão inicial sobre a ascensão do conservadorismo tendo como ponto de partida a ditadura.

Em pesquisas futuras, buscaremos fazer uma análise mais ampla, ou seja, incluindo outros países da América Latina, com históricos semelhantes aos escolhidos durante esta pesquisa. Dessa forma, poderemos atingir um maior conhecimento em relação ao fenômeno de semi-democracias presentes em determinados países. Com isso, buscamos clarificar e colaborar para uma melhor análise dos sistemas políticos na atualidade. Dado a importância do tema não somente para a área acadêmica, mas como, também, para a população, acreditamos ser necessária uma nova pesquisa para maior aprofundamento e estudo futuro das políticas de Argentina, Brasil e demais países latino-americanos que possuem o mesmo perfil socioeconômico, social e histórico de ambos os países visto na presente pesquisa.

\*Artigo recebido em 20 de julho de 2021,  
aprovado em 03 de novembro de 2021.

## REFERÊNCIAS

- A. DAHL, Robert **On Democracy**. [S. l.: s. n.], 1998.
- A. DAHL, Robert. **Polyarchy**: Participation and Opposition. [S. l.: s. n.], 1971. E-book.
- ALBUQUERQUE, Marianna; MEDEIROS, Josué. A crise da democracia no Brasil: do lulismo ao bolsonarismo. **América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional**, 2020.
- BRAGA, Lisandro Almeida; ARTESE, Matias. A justificativa ideológica do avanço neoliberal na Argentina: a ideologia da “Greta”/Mancomunhão. **Revista Urutáguia**, p. 1–18, 3 jan. 2017.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e renovação da esquerda na América Latina. **LuaNova**, São Paulo, n. 21, p. 41–54, out. 1990.
- BRUSSINO, Silvina *et al.* ¿Qué son la izquierda y la derecha en Argentina? Esquemas cognitivos de ciudadanos Cordobeses. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 4, p. 1249–1264, 2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancisco. **Dicionário de Política Vol. 1**. UNB, 2008.
- BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução na França. 1. ed. [S. l.]: Edipro, 2014. 364 p. v. 1.
- CARVALHO JÚNIOR, Natal dos Reis; CARVALHO, Roberta dos Santos Pereira de. **BOLSONARISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O ALERTA NAS CONQUISTAS DE CIDADANIA E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA**. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, [S. l.], p. 1-22, 5 out. 2020.

CARRERAS. Miguel. Party Systems in Latin America after the Third Wave: A Critical Re-assessment. **Journal of Politics in Latin America**, v.4, n.1, p. 135-153, 2012.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. **GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia**, 39º Encontro Anual da ANPOCS, p. 1-30, 2015.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários**. [S. l.: s. n.], 2014. 128 p.

CUNHA, Lucas; ARAÚJO, Victor. Sistemas políticos na América do Sul no contexto da "Maré Rosa": democracia, estabilidade e governança no século XXI. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 59-85, 2014.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. [S. l.]: Editora 34, 2004.

GOMES, Fernanda da Silva. ROUSSEAU-DEMOCRACIA e REPRESENTAÇÃO. **UFSC**, [S. l.], p. 11-11, 2006.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã**: Matéria, Palavra e Poder de um Governo Eclesiástico e Civil. [S. l.: s. n.], 2015.

FRIDERICHES, Lidiane Elizabeth. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. **Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, [S. l.], p. 1-17, ago. 2017.

JOHNSON, Guillermo Alfredo; SOLER, Lorena Marina; GONÇALVES, Alexandre Honig. A “VIRADA À DIREITA” NA AMÉRICA PLATINA: ARGENTINA E BRASIL EM DESTAQUE. In: **VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA**, 2016, Campo Grande MSAnais [...]. [S.l.:s. n.], 2016.

LINZ, Juan J. Transiciones a la democracia. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, [S. l.], p. 1-27, 1990.

LOCKE, J. **"Segundo Tratado sobre o Governo"**. Traduções de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro, 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Scielo**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5-6, dez. 2015.

MACHADO, Rosana Pinheiro *et al.* **Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. [S. l.: s. n.], 2019

MATTOS, Laura Valladão. A posição de J. S. Mill em relação ao Estado: os casos das sociedades ‘civilizadas’ e das sociedades ‘atrasadas’. **Scielo**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 2-2, 2 abr. 2017.

MARQUES, Rosa Maria. **Brasil: direita, volver!**. Odiario.info, [S. l.], jan. 2019.

MARTÍNEZ-LARA, Javier. **Building democracy in Brazil**. [S. l.: s. n.], 1996. 238 p

MARTINS, Carlos Eduardo. Fim da Nova República? **BOITEMPO**, [S. l.], mar. 2016.

MEDEIROS, Josué. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário. **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], p. 1-67, 1 jan. 2018.

MILL, Stuart. **Sobre Liberdade**. 1. ed. [S. l.]: Hedra, 1859. 208 p. v. 1, 2011.

MOLL, Roberto Moll. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? **Unesp**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 4-4, dez. 2015.

MOREIRA, Carlos; BARBOSA, Sebastián. El kirchnerismo en Argentina: origen, apogeo y crisis, su construcción de poder y forma de gobernar. **SoC. e Cult.**, [S. l.], p. 1-8, 1 jan. 2010.

MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina**: La democracia sin política. [S. l.: s. n.], 2008.

NÓBREGA JR, José Maria Pereira da. Elections and Democratization in Latin América, 1980-1985. **UFPE**, [S. l.], p. 1-163, 2005.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia? **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 74-141, 2010.

NÓBREGA JR, José Maria Pereira da. Democracia, violência e impunidade na América Latina. **ANPOCS**, [S. l.], p. 1-14, 21 out. 2019.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. Transiciones desde un gobierno autoritario. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S. l.], p. 2-53, 1 jan. 1991.

OTTAWAY, Marina. **Democracy Challenged**: The Rise of Semi-Authoritarianism. [S. l.: s. n.], 2003.

PINASSI, Maria Orlando. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista PUC**, [S. l.], p. 1-16, 7 jan. 2011.

RAMÍREZ, Hernán. Autoritarismo e democracia na América Latina. Uma perspectiva através da história recente da Argentina e do Brasil. Naveg@mérica. **Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas [en línea]**. 2011, n. 6.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa; PERRUS, Marco Antonio; SILVA OLIVEIRA, Marinalva. **O pânico como política: o Brasil no imaginário do Lulismo em crise**. [S. l.: s. n.], 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. O CONSERVADORISMO MODERNO: esboço para uma aproximação. **Scielo**, [S. l.], p. 4-4, abr. 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Scielo**, Scielo, ano 2016, v. 1, p. 1-1, 23 fev. 2016.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v.21, n.45, p.149-165, 2013.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, forças armadas e política: entre o autoritarismo e a democracia 1999>2002. **Editora Record**, [S. l.], p. 1-163, 13 jan. 2005.